



IX Colóquio Internacional São Cristóvão/SE/Brasil

“Educação e Contemporaneidade” 17 a 19 de setembro de 2015

ISSN 1982-3657

OS JOVENS E A MAIORIDADE PENAL: A ESCOLA ENQUANTO UMA ALTERNATIVA?

NELMIRE FERREIRA DA SILVA
MEIRE FERREIRA DA SILVA

EIXO: 7. EDUCAÇÃO, TRABALHO E JUVENTUDE

OS JOVENS E A MAIORIDADE PENAL: A ESCOLA ENQUANTO UMA ALTERNATIVA?

EIXO 07: Educação Trabalho e Juventude

RESUMO

Este artigo pretende situar as reflexões e polêmicas de jovens em seus discursos orais e/ou escritos acerca da temática *redução da maioridade penal no Brasil*. Para tanto, analisamos trinta redações de estudantes na faixa etária de 18 a 21 anos de idade, orientada por uma rica bibliografia à luz da abordagem da teoria social dialética a qual se propõe capturar o objeto de análise na dimensão da “totalidade da vida social” (LUKÁCS, 1978). Desse estudo, resultou a compreensão de que os jovens veem a escola enquanto centralidade na resolução das mazelas sociais de natureza estrutural, destacando as fontes de acesso à informação (TV e redes sociais). Verificou-se uma tendência à moralização, debate sob o viés naturalizante e ausência de reflexões com base na realidade da formação sócio-histórica do Brasil.

Palavras-Chaves: Jovens, maioridade penal, educação escolar

1-Introdução

Este artigo, intitulado **os jovens e a maioridade penal: a escola como alternativa?** analisar redações escritas por jovens estudantes com o objetivo de situar um tema gerador de ampla e complexa discussões, destacando os posicionamentos e as fontes direta de informação que atinge massivamente a população jovem em plena fase de construção da sua visão de mundo e formação crítica. Para tanto, tomamos como reflexão trinta redações de estudantes na faixa etária entre 18 a 21 anos de idade as quais foram analisadas a partir da abordagem crítica da teoria social dialética que se propõe capturar o objeto de análise na dimensão da totalidade em sua complexidade (LUKÁCS, 1978). Assim, Netto (2009, p. 674, grifos do autor) afirma, “trata-se de um método que “propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto”, ao qual, Marx inferi que “o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ele interpretado” (MARX, 1968 apud NETTO, 2009, p. 673).

Para tanto, partimos da hipótese de que a escola e a mídia, importantes fontes de acesso à informação que atinge massivamente a juventude têm tratado superficialmente as expressões da questão social, inclusive àquelas que dizem respeito ao jovem. Daí, reifica uma direção que muito mais fortalece a adaptação à resistência, ora despolitizadora e sinomizada a perspectiva funcional da ordem hegemônica (GRAMSCI, 1985).

Com o propósito de compreender as visões de jovens acerca da questão polêmica em voga, procuramos mediar os espaços de interlocução escolar e os meios de acesso à informação como fomentadores de opiniões, os quais vão sendo incorporados na formação de uma consciência sob a polaridade que fortalece a resistência, a perspectiva política, crítica de mudanças mais profundadas, ora contraditoriamente, adapta a reprodução da cultura do poder hegemônico conservador. Nesse sentido, as considerações de Theodor W. Adorno no seu melancólico desânimo inferi

que,

a educação não é necessariamente um fator de emancipação. Numa época em que educação, ciência e tecnologia se apresentam — agora "globalmente", conforme a moda em voga — como passaportes para um mundo "moderno" conforme os ideais de humanização. (S/D,p.09)

Nesse recorte, a população alvo é o jovem que se encontra no ensino médio em fase preparatória para o ingresso na universidade. Assim, alinhamos a debate a partir de concepções e conceitos de juventude sob o estigma da rebeldia, fato que traz as marcas do contexto em que os filhos da classe média passaram a inserir em movimentos de protestos contra ditadura militar.

O processo de reabertura democrática revela-se no panorama dos anos 1980 frente o quadro de acirramento da pobreza do País e aprofundamento das desigualdades sociais, cuja refluxos após-efervescência política ressurgiu no cenário nacional. Emerge então, como proposta de abertura política, porém, os jovens vão ser taxados como apáticos e apolíticos.

Foi somente entre fins de 1980 e início de 1990 que o debate sobre a juventude foi transpassado para a discussão sobre crianças e adolescentes pobres que vivem em situação de risco social. Visão que aprofunda na década de 1990 junto com outra característica, a do jovem violento e vítima da violência.

Observa-se uma visão otimista acerca da juventude enquanto segmento estratégico para o desenvolvimento econômico, a qual vai se aliar à aprovação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) nos anos 1990, possibilitando a mobilização e organização da juventude com vistas a dar o pontapé inicial na ruptura com esses conceitos e estigmas que lhes são atribuídos.

Na atual conjuntura uma nova concepção sobre o que é ser jovem passa a ser engendrada nos espaços públicos com vistas a compreender a juventude pela sua heterogeneidade, ou seja, entender que “não existe apenas uma juventude, mas várias em que os jovens são sujeitos portadores de direitos” (GUEDES,2014,p.13).

Nesse movimento da realidade, o novo milênio traz, no bojo das lutas sociais, a crescente organização da juventude que ganha visibilidade nos órgãos colegiados, enquanto sujeito político. Sua participação, especialmente na esfera estatal advém das demandas de classe social, da mesma forma que, as respostas dadas pelo Estado (GROPPE,2000).

A partir desse movimento de mudanças no papel da juventude, alarga-se o universo de concepções, a qual destacamos com base em Groppe (2000), a juventude como uma categoria social. Portanto, esta é uma construção social e histórica, e o direito social de viver essa juventude está relacionado com a classe social a que pertence.

O ritmo do protagonismo juvenil espacializa tornando-se ainda mais perceptível nos dias atuais, mediante a participação dos jovens nas diversas esferas da sociedade, especialmente nas lutas reivindicatórias por direitos (sociais, políticos e civis). Dentre suas bandeiras de luta encontra-se a de pressionar os poderes públicos para que incluam na agenda pública a ampliação dos canais de participação institucional e a melhoria das políticas públicas existentes.

Nesse quadro de efervescentes ganhos, podemos citar como exemplo alguns resultados no âmbito do Governo Federal obtidos pelas lutas desencadeadas pelos movimentos sociais e juvenis: a criação do Conselho Nacional de Juventude, da Secretaria Nacional de Juventude (em 2005), da realização da I e II Conferência Nacional de Juventude (2008 e 2011 respectivamente), dentre outros, os programas sociais como, PROJOVEM, PROUNI, Jovem Aprendiz, Pronaf-Jovem e etc. A luta pela aprovação de um marco regulatório na construção de políticas públicas para juventude resultou na construção do Plano Nacional de Juventude e na criação do Estatuto da Juventude (2013).

Nesse contexto de emergente visibilidade da participação dos jovens, o IBGE estabeleceu uma faixa etária entre 15 a 24. O IPEA baseando no PAND, 2007, considera o intervalo que vai da faixa etária entre 15 a 29 anos, sob a orientação da proposta do Estatuto da Juventude. Ainda, conforme a secretaria da juventude, existem no Brasil rural entre 15 e 29 em torno de 8 milhões de jovens. Acerca dos critérios etários definidos institucionalmente, Groppe (2000), afirma que este, por si só, não delimita a juventude ao critério cronológico, mas considera as esferas sócio-culturais e econômicas.

No século XXI são notórias concepções que definem essa massa jovem ora como sinônimo de rebeldia, de transformação; ora como apáticos, desajustados socialmente, acrescentando o debate de que o jovem é apolítico, com ausência de interesse pelas coisas que acontecem no País, ou ainda, como mera força empreendedora, estratégica para a economia. Tal polêmica dualiza em dois polos distintos que ora coloca a juventude no auge da força renovada e revolucionária, ora como amorfa, marginalizada pela violência e omissão.

Vale destacar o crescimento substancial da população juvenil, que a torna o maior segmento populacional do País e, conjuntamente ao crescimento populacional, vem surgindo uma série de problemas sociais que têm afetado diretamente

a vida da juventude, em especial aquela representante das classes subalternas. É nesse contexto que a visibilidade da questão do jovem provocou o interesse por parte dos movimentos sociais, dos partidos de esquerda, ONG's e de alguns governos sobre este segmento, além do interesse da mídia e do mercado.

É nesse terreno de forte chamamento para a importância da força jovem que entendemos os desafios da escola na formação dessa segmento e de outro dialeticamente, a preocupação com a disputas e jogo de interesses que buscam cooptar essa parcela promissora da construção de uma consciência política e de transformação social. Contudo, no contexto de irracionalismo e imediatismo, do superficial, do fragmento, do individualismo, da naturalização dos fatos, do olhar sobre a aparência que abstraímos o terreno movediço, despolitizado em que se encontram os jovens.

É nessa direção que passamos a analisar prioritariamente as fontes primárias de acesso as informações que atingem diretamente os jovens na dimensão da sua cidadania, da formação de sua consciência social e política, dos seus direitos, bem como, seu papel na sociedade. Além disso, procuramos refletir sobre a própria visão que os jovens formaram acerca dos direitos humanos nos espaços das relações sociais.

A partir dessa linha de raciocínio, mediamos a escrita e verbalizações organizando este artigo em três partes: introdução, desenvolvimento e considerações. Partindo das discussões polêmicas, aproximamos dos conteúdos dissertados pelos jovens de modo a destacar o horizonte das reflexões que cercam a visão de mundo.

2- Entre a escola e a mídia - jovens formando opiniões acerca da redução da maioridade penal

Gramsci atribui uma dupla função à escola, numa perspectiva dialética: a de conservação e a de superação das estruturas capitalistas. Assim, reitera a necessidade de uma escola única, humanista e que se destine a desenvolver em cada sujeito uma cultura geral de modo a educar para a vida,

A tendência hoje é a de abolir qualquer tipo de “escola desinteressada” (não imediatamente interessada) e “formativa”, ou conservar delas tão-somente um reduzido exemplar destinado a uma pequena elite de senhores e de mulheres que não devem pensar em se preparar para um futuro profissional, bem como a de difundir cada vez mais as escolas profissionais especializadas, nas quais o destino do aluno e sua futura atividade são predeterminados. A crise terá uma solução que, racionalmente, deveria seguir esta linha: escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre equanimente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual (GRAMSCI, 1979, p. 118).

Para tanto, é preciso espaços que formem, informem, construam saberes de modo a entender que não é a consciência que constrói o ser, mas são as condições materiais de vida que formam a consciência do ser social (MARX, 1982). Nesse sentido, a escola não é o único espaço que possibilita a construção de visões de mundo, hoje a mídia, especialmente as redes sociais, são cada vez mais centrais nessa dinâmica.

Certamente, a era digital traz ganhos à sociedade principalmente no contexto em que a necessidade de obter conhecimento, maior velocidade no acesso às informações, a necessidade de aprender, etc são exigências da sociabilidade contemporânea. Apropriar-se da linguagem virtual, da *internet*, etc, constitui-se elementar enquanto forma necessária ao usuário a conectar e poder usufruir serviços de informações e comunicações de alcance mundial conforme Lauricella,

A grande aldeia global em que o mundo se tornou deve muito deste impulso à internet. Passado algum tempo, desde a sua criação, desenvolvimento e expansão, um número cada vez maior de pessoas, além das empresas, encontram na rede um ambiente propício para satisfazer suas necessidades, seja de consenso, diversão ou simplesmente passar o tempo em uma sala de bate-papo ou encontrar pessoas (2003, p.16).

Este veículo de comunicação tornou-se um recurso eficaz pela velocidade de proporcionar a comunicação, seja de bate papo, seja de pesquisa das mais simples as de teor científico. Através de tecnologia em rede os indivíduos aproximam nas trocas de ideias e saberes. Alguns de seus serviços podemos considerar participação em fóruns, *chat*, *e-mails*, grupos de discussões, congressos, salas de bate-papo, etc.

A esse espaço da cibernética engendramos que uma outra pedagogia de aprendizagem precisa ser desenvolvida, pois nem todo conhecimento é emancipador. Nem toda informação leva a uma aprendizagem politizadora, crítica, pois conforme Freire,

a realidade não pode ser modificada, senão quando o homem descobre que é modificável e que ele pode fazê-lo. É preciso, portanto, fazer desta conscientização o primeiro objetivo de toda a educação: antes de tudo, provocar uma atitude crítica, de reflexão, que compromete a ação (FREIRE, 1975, p.15).

A importância do espaço escolar e das redes sociais nos parece peculiar. Entretanto, o que nos induziu à problematização é o fato de o horizonte político conduzir à construção de um sujeito crítico e emancipado. Aqui entendemos como, “superação da propriedade privada, emancipação total de todos os sentidos e qualidades humanas” (MARX,2001,pp.142-143).

Assim, compreendemos que a educação não deve ser uma modelagem de pessoas e nem a mera transmissão de conhecimentos, reprodução da sociabilidade antagônica de classes, reprodutora do *status quo* da ordem hegemônica, mas sim a reprodução de uma consciência ontológica, política, transformadora, da práxis, da crítica e da autonomia (LESSA,2006). Nisso, consistiria a maior importância política, cujo princípio de formação se baseia na democracia não como algo formal, e sim como parte do processo de emancipação dos sujeitos sociais, propiciando que todos assumam a sua *condição de intelectuais*, embora ainda não orgânicos, de modo que possam sair da sua condição violenta de analfabeto funcional (GRAMSCI, 2000).

No exposto às verbalizações de jovens estudantes a partir das redações e debates acerca da redução da maioria penal tendenciou visualizar opiniões e consciência acerca da referida questão social, entendida aqui como “expressões das mazelas provocadas no processo de produção e reprodução antagônica do capital”(IAMAMOTO,2008). Assim, verificou-se uma nítida concordância com a construção de medidas punitivas, embora, centrando no discurso de que a educação é a alternativa.

Conforme o artigo 228 da Constituição Federal de 1988, *são plenamente inimputáveis os menores de 18 anos “sujeitos às normas da legislação especial*. Entretanto, a proposta da PEC 171 prevê a antecipação da maioria penal a partir de 16 anos de idade.

Vale observar que, acerca da PEC em discussão, 100% dos jovens dissertaram que obtiveram informações, na escola, mais principalmente via redes sociais e TV, entre estes 72% apoiam essas medidas alicerçadas nas reflexões, *De fato a redução da maioria não irá acabar com a violência, mas esse não é objetivo direto da PEC, pois ela prever pena, castigo, consequências para jovens protegidos pela lei e cada vez mais inconsequentes... assim é cada vez mais elementar que a ementa seja aprovada, atendendo assim aos anseios e necessidades da sociedade* (JOVEM, 2015).

A redução à maioria tem muitos fatores positivos, no mundo de hoje a criminalidade cresce a cada dia, se observamos com atenção os adolescentes zombam da polícia por não irem presos, sendo assim desacatam o poder executivo. Mas se são capazes de pensar numa trama envolvendo coisas que prejudicam a sociedade: roubos, assaltos, ciladas, mortes, venda de drogas, etc..., Ou também podemos falar das ações boas: como negociar, dirigir e votar. Então, podemos assumir as consequências dos seus próprios atos, sejam eles bons ou ruins (JOVEM,2015).

Sou a favor da redução, porém algumas medidas devem ser tomadas,...conscientizar mais os pais para ter cuidado com os filhos, trazer projetos que incentivem os jovens continuar estudando (JOVEM,2015).

Atualmente os jovens amadurecem muito cedo, e cada dia que passa aumentar o índice de criminalidade, na maioria das vezes praticado por jovens. Muitos desses jovens são utilizados como executores por organizações criminosas, exatamente por saberem que estão protegidos pelas leis para não serem encarcerados (JOVEM, 2015).

A cada dia fica mais evidente que jovens a partir dos 16 possuem maturidade suficiente para responder por seus atos, até porque tem o direito do voto de acordo com o artigo 14 da carta constitucional. Além disso, o trabalho social é necessário conscientizar para tirar jovens das ruas e incentivá-los para que não desviem dos princípios corretos fazendo como minimizar o problema (JOVEM,2015).

se têm muitos adolescentes fazendo coisas horríveis com a população, então tem nada mais do que ser punido. No Brasil essa lei 171 deve ser aplicada. Onde eles não deixem de ser seres humanos, pessoas como todas, além do mais, atrás de todos os crimes, furtos existem um “caráter” onde deve ser observado a causa, o “porque” do furto, crime, da pichação (JOVEM, 2015).

Sabe-se que em nosso país se um menor de 18 cometer um crime ele não vai ser condenado, o que não é justo, já que ele tem uma forte arma nas mãos, o voto, um menor de 18 pode votar e se matar não poder pagar pelo seu crime? (JOVEM, 2015).

O governo deve lançar projetos para ampliar presídios pra que possa prender esses menores fazendo assim com que eles pagem pelo que fazem (JOVEM, 2015).

Os argumentos apresentados mostram uma superficialidade no conhecimento dos fatos e frágeis reflexões crítica de causas históricas, políticas, econômicas e sociais, parte da formação sócio-histórica do Brasil marcada pelo tripé, conforme Caio Prado Júnior: monocultura, latifúndio e escravidão. Marcas de um Brasil caracterizado pelo moderno e arcaico envolto de políticas patrimonialistas e reprodutoras das desigualdades e injustiças sociais.

No contexto de *fetichismo* das mazelas da ordem monopólica do grande capital, à luz de análises pontuais, focalista, encontramos,

a pulverização da questão social, típica da ótica liberal, resulta numa *autonomização e suas múltiplas expressões* – as várias “questões sociais” – em detrimento da perspectiva de unidade. Impede assim de resgatar a origem da questão social imanente à organização social capitalista, o que não elide a necessidade de apreender as múltiplas expressões e formas concretas que assume (IAMAMOTO, 2001, p.18).

Sublinhamos que o jovem é uma rica fonte para discutir a realidade do Brasil. Entretanto, muito mais estigmatizado do que “explorado”, enquanto “terreno” intelectual promissor. Em vésperas de ingressar numa universidade, o foco da educação resume-se a regas gramaticais, a dicas, ao imediato, responder bem diante do que adquiriu durante o percurso na escola entre o ensino fundamental e médio.

O fim último, chegar à universidade e ao mercado de trabalho ganham centralidade. Dessa real concreto ora capturado na pesquisa, entendemos que é preciso repensar a amplitude do papel da escola na formação para a vida, bem como, a importância das fontes de acesso à informação, num quadro de intensos antagonismos, agora mistificados pelo *fetichismo* do imediato, do fragmento, da superficialidade, do efêmero em detrimento da educação ampla e cidadã.

Desse universo, cabe assinalar que a realidade tem se configurado um terreno pedregoso e, portanto, impõe visões que são tomadas e discutidas politicamente muitas vezes sem rigor e compromisso ético-político. Na contramão desse processo entendemos que somente a formação de uma consciência crítica advinda de um preparo pedagógico qualificada pode elevar a capacidade de análise, argumentação e reflexão onológica do ser social para além da naturalização das causas sociais (LUKÁCS, 1979).

Dá, identificamos que as fontes plural, ora eclética de informações alicerçadas nos “achismos” são parte do cotidiano dos jovens dentro ou fora do espaço escolar, Pessoas que se enquadram cegamente no coletivo fazem de si mesmas meros objetos materiais, anulando-se como sujeitos dotados de motivação própria (...). Inclui-se aí a postura de tratar os outros como massa amorfa. Uma democracia não deve apenas funcionar, mas sobretudo, trabalhar o seu conceito, e para isso exige pessoas emancipadas. Só é possível imaginar a verdadeira democracia como uma sociedade de emancipados.(...) A única concretização efetiva da emancipação consiste em que aquelas poucas pessoas interessadas nesta direção orientem toda a sua energia para que a educação seja uma educação para a contestação e para a resistência (ADORNO, S/D, 09).

Entre outras reflexões, destacamos enquanto centralidade nas transcrições a recorrência de 100% situarem a educação escolar como alternativa à questão da violência infanto-juvenil. Assim, elencamos algumas descrições, *não se resolve a violência de uma só forma, mas com várias medidas, como centros de **educação integral**. Projetos do governo para todos* (JOVEM, 2015).

*[...] que para reduzir o mesmo, é necessário que tenham locais especializados para que eles possam cumprir a pena e logo depois, possam possibilitar um trabalho digno, pois todos merecem uma segunda chance. Logo podem crescer na vida, para que eles percebam que a violência não renda nada, mas sim uma **boa escola*** (JOVEM, 2015).

*Devemos entender que simplesmente uma redução da maioridade penal não irá resolver os problemas da criminalidade para com os jovens, mas temos que estabelecer entre a população, igualdade e meios que possibilitem a esses jovens o direito de estudar, saúde e trabalho digno, pois não devemos simplesmente mudar a maioridade penal para a penalização desses jovens, mas devemos sim mudar o jeito deles pesarem, devem ser conscientizados pois **como aprendemos na escola**: o que vemos e aprendemos levamos para vida* (JOVEM, 2015).

*É preciso que a **educação gere vários projetos sociais** que envolva toda a sociedade e com a ajuda da mídia abordando mais sobre o tema. Se em **todas as escolas tivessem apoio de um psicólogo**, para entender o que se passa na mente de um adolescente, sendo muito importante principalmente, o apoio e acompanhamento da família.* (JOVEM, 2015).

Não temos dúvidas quanto à importância e o papel da escola no processo de inserção social e cidadania no processo de emancipação do sujeito. Também entendemos a importância dos meios sociais de comunicação. Contudo, é preciso situar na totalidade da vida social na dinâmica que move as relações sociais da pequena e da grande política, dos interesses públicos e privados. Assim, ora reproduzem a hegemonia dominante, ora criam espaços que possibilitam entender a própria contradição.

Cabe salientar que vivemos numa sociedade tensionada por projetos os quais, em linhas gerais, podem ser transformadores ou conservadores (NETTO e BRAZ, 2008). Acerca dessa reflexão também compreende Almeida,

Ou seja, educação, estruturada numa sociedade de classes como uma política social gerida pelo Estado, ou como um dos componentes mobilizadores por diferentes e, mesmo, antagonísticos segmentos sociais na disputa pela hegemonia política, cultural e econômica. Trata-se de um campo tensionado por distintos societários e que acaba refletindo a

correlação de forças no âmbito da reprodução das contradições de reprodução. (1999,p.68).

Aí, registra-se um conjunto de visão patológica, o que ememora a visão positiva das “patologias sociais” apresentando uma análise focada no “*ethos* do indivíduo”, no campo privado do sujeito e das famílias, aos moldes do psicologismo e moralismo (BARROCO, 2006).

Assim, as visões assemelham-se as recomendações que não tecem uma crítica capaz de romper com mistificações e alienação, o que foge da visão histórica do processo de produção e reprodução da totalidade da vida social e centra na compreensão da natureza humana. Portanto, se não buscarmos as categorias constituintes dessas questões postas na dinâmica societária cairemos no socialogismo vulgar com explicações moralizantes em que as expressões da questão social nada mais são do que a socialismo utilitarista. Logo, as alternativas só poderiam ser soluções práticas e fáceis, com um senso simplista e ingênuo de analisa a complexidade da sociedade.

Entendemos que o essencial é *pensar a sociedade e a educação em seu dever* (MARX, 1993). Só assim seria possível fixar alternativas históricas tendo como base a emancipação de todos no sentido de se tornarem sujeitos históricos.

3- Considerações finais

Vejo que para além da mioridade penal é mais urgente discutir a educação e o papel da escola. *Afinal a quem serve esse espaço? Educar para a vida, para o despertar crítico e transformador?*. Além disso, é preciso compreender que não podemos usar as redes sociais, embora importante, de forma indiscriminada.

O discurso distante da realidade tendencia a uma educação que sucumbe ao modo de ser e pensar da própria ordem que instala a violência, o “estado de mal estar social” e cria o *fetich*e que crinializa apenas os sujeitos numa visão positivista, causa-efeito. Nessa direção,

[...] Entendo por barbárie algo muito simples, ou seja, que, estando na civilização do mais alto desenvolvimento tecnológico, as pessoas” se encontrem atrasadas de um modo peculiarmente disforme em relação a sua própria civilização — e não apenas por não terem em sua arrasadora maioria experimentado a formação nos termos correspondentes ao conceito de civilização, mas também por se encontrarem tomadas por uma agressividade primitiva, um ódio primitivo ou, na terminologia culta, um impulso de destruição, que contribui para aumentar ainda mais o perigo de que toda esta civilização venha a explodir, aliás uma tendência imanente que a caracteriza(ADORNO,S/D, p. 154).

Pensar a escola e o conjunto de mediações eletrônicas como espaços de aprendizagem, é também pensar nos desafios de uma cultura que rapidamente se massifica sob um ecletismo, politicismo aberto e sem controle possibilitando visões equivocadas. Daí entendemos que a escola, no caso específico, o ensino médio, estratégico para preparação para vestibular, embora abarque essa necessidade, precisa ser menos fucional à ordem e cumprir em seu papel uma *educação para a contestação e para a resistência*.

4-Referência

ADORNO, Theodor W. Educação e Emancipação. Tradução Wolfgang Leo Maar Editora Paz e Terra.

ALMEIDA, José Fernando. Educação e informática. 19 ed. São Paulo:Cortez, 1987.

BARROCO, Maria Lucia S. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. *Ética e Sociedade* (Curso de capacitação ética para agentes multiplicadores). o Federal d Serverviço Social. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, Cortez, ano XXV, n. 79, 2004.

CASTELLS, Manuel. A soceidade em rede. Editora Pas e Terra, São Paulo,2007.

FREIRE, Paulo:Comunicação do Oprimido, em um cenário de dispitas hegenômicas e contra-hegenômicasdo.rio de Janeiro:Paz e Tera, 1975.

GRAMSCI, Antonio. A concepção dialética da história. 3ª Ed.. São Paulo: Civilização Brasileira, 1978.

GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade do serviço social – 3ª ed. – S. P. Cortez, 2002.

IAMAMOTO, Marilda questão social no capitalismo. Serviço Social em tempo de capital fetich. Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

LAURICELLA, Ricardo.Comunicadores virtuais. Insoftware,SP, ano1, n.1p.16-17,2003.

LESSA,Sérgio. Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo- São Paulo: Cortez, 2007, 359p.

LUKÁCS, Georg. As bases ontológicas da atividade humana. *Temas*, São Paulo, a Ciências Humanas, n 4, 1979.

_____. *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Editora Ciências

Humanas, 1979.

MARTELETO, R.M. Análise de Redes Sociais. Aplicação nos estudos de transferências de informação Revista, ciência da informação, vl.30, no 1, Brasília, jan,abril 2001.

MARX, Karl. "A questão judaica" [1843]. Manuscritos econômicos e filosóficos. Lisboa:Edições 70, 1993.

NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. Economia Política: uma introdução crítica – São Paulo: Cortez, 2008 (Biblioteca Básica de Serviço Social; v.1).

[1]Profa. Graduada em Letras Português/UFS. Especialista em Letras Português/Estácio de Sá. Profa de Letras Português, atuação: Diretora da Regional de Educação de N. Sra. da Glória (meireferreirasilva@gmail.com).

[1]Graduada em Serviço Social/UFS; Mestre em Geografia Agrária/UFS, Doutora em Serviço Social/UFPE, Colaborador do Pós-Graduação em Serviço Social; membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Fundamentos, Formação em Serviço Social e Políticas Sociais/GEPSO/UFS (nelguedes@ig.com.br ou nelguedes@bol.com.br).

Recebido em: 04/07/2015

Aprovado em: 05/07/2015

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: